



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

HILDA CARLA FREIRE DOS SANTOS

**GASTOS PÚBLICOS NA SAÚDE: ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS FEITOS
DURANTE A PANDEMIA NA CIDADE DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ-PB**

CAMPINA GRANDE

2022

HILDA CARLA FREIRE DOS SANTOS

**GASTOS PÚBLICOS NA SAÚDE: ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS FEITOS
DURANTE A PANDEMIA NA CIDADE DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Departamento do Curso de Especialização em Gestão Pública municipal em modalidade ead da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientadora: Prof. Dra. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves

CAMPINA GRANDE

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237g Santos, Hilda Carla Freire dos.
Gastos públicos com saúde: [manuscrito] : análise dos investimentos feitos durante a pandemia na cidade de São Vicente do Seridó- PB / Hilda Carla Freire dos Santos. - 2022.
15 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância , 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves , Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE."

1. Gastos públicos. 2. Saúde pública. 3. Pandemia do Covid 19. I. Título

21. ed. CDD 362.1

HILDA CARLA FREIRE DOS SANTOS

GASTOS PÚBLICOS NA SAÚDE: ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS FEITOS
DURANTE A PANDEMIA NA CIDADE DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ-PB

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Departamento do Curso de Especialização em Gestão Pública municipal em modalidade ead da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Aprovada em: 01/12/2022

BANCA EXAMINADORA

KARLA ROBERTA CASTRO
PINHEIRO ALVES:02726502423

Assinado de forma digital por KARLA ROBERTA
CASTRO PINHEIRO ALVES:02726502423
Data: 2022.12.05 14:37:35 -03'00'

Prof. Dra. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Eliedna de Sousa Barbosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Assinado digitalmente por JOSE LUIS DE
SOUZA:02441053400
DN: cn=JOSE LUIS DE SOUZA:02441053400, o=BR, ou=ICP-
Brasil, ou=RFB e-CPF A3, email=scamatriz@gmail.com
Data: 2022.12.05 14:35:27 -03'00'

Prof. Me José Luís de Souza Leal
Universidade Federal da Paraíba (UEPB)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Despesa orçamentária com a saúde em São Vicente do Seridó_____12

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1 Gastos na saúde	8
2.2 Saúde pública no Brasil	9
3 METODOLOGIA	11
4 ANÁLISE DOS DADOS	12
5 CONCLUSÃO	14
REFERÊNCIAS	15

GASTOS PÚBLICOS NA SAÚDE: ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS FEITOS DURANTE A PANDEMIA NA CIDADE DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ-PB

Hilda Carla Freire Dos Santos

Karla Roberta Castro Pinheiro Alves

RESUMO

A saúde pública é um direito assegurado na Constituição Federal de 1988, como dever do Estado. E em crescente demanda pela população, principalmente em tempos de crise, como a pandemia da covid-19. Nesse contexto, o objetivo deste artigo é analisar os aumentos dos investimentos realizados no município de São Vicente do Seridó, durante a pandemia da Covid- 19. Visto que a decorrência de um aumento na demanda dos serviços públicos acarreta investimentos e torna-se necessário a intervenção do Estado. A pesquisa se caracteriza como descritiva e utilizou-se de análise de documentos. Os resultados encontrados revelam que os aumentos com gastos na saúde ocorreram nos anos que sucederam ao início da pandemia. A pandemia causou um colapso na gestão dos recursos da saúde, onde o Governo teve que arcar com maiores recursos, para suprir as necessidades da população. Que buscavam na rede pública de saúde assistência para tratamento da covid-19. Desta forma pode-se observar através dos dados analisados a vulnerabilidade e a necessidade de se buscar formas para se diminuir as diferenças de acesso e atendimento na rede pública de saúde, garantindo dessa forma eficiência nos atendimentos.

Palavras-chave: Gastos públicos. Saúde pública. Pandemia.

ABSTRACT

Public health is a right guaranteed in the Federal Constitution of 1988, as a duty of the State. And in growing demand by the population, especially in times of crisis, such as the covid-19 pandemic. In this context, the objective of this article is to analyze the increases in investments made in the municipality of São Vicente do Seridó, during the Covid-19 pandemic. state intervention. For this, document analysis was used. Carried out in the period of 2020 and 2021, a period that comprised the occurrence of the COVID-19 Pandemic in the target municipality of the research. The results found reveal that increases in

health spending occurred in the years that followed the beginning of the pandemic. The pandemic caused a collapse in the management of health resources, where the Government had to afford greater resources to meet the needs of the population. Who sought assistance in the treatment of covid-19 in the public health network. In this way, vulnerability and the need to seek ways to reduce differences in access and care in the public health network can be observed through the analyzed data, thus guaranteeing efficiency in care.

Keywords: Public spending. Public health. Pandemic.

1. INTRODUÇÃO

Foi com a criação da Constituição Federal de 1988 que surgiu o Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo a assistência à população mais carente, desenvolvendo oportunidades de prevenção e tratamento de doenças (Saldivas e Veras, 2018). Embora o SUS represente a saúde pública do Brasil, o que abrange a maior parte da população, no dia a dia observa-se os enormes gargalos enfrentados pelos usuários do sistema, desta forma quem detém uma condição financeira melhor procura na rede privada, uma assistência mais rápida. Ficando a maioria da população a espera do SUS, conseqüentemente enfrentando enormes filas a espera de atendimento.

Neste contexto, o controle se torna necessário para que se possa atingir a eficiência e eficácia dos programas de saúde, no suprimento as demandas. Diante de um tema tão importante torna-se imprescindível a busca pela eficiência; e conseqüentemente, a necessidade de controle das despesas com saúde (ANDRETT et al, 2018).

Uma política de gestão deve ser implementada principalmente quando o problema de saúde pública é intensificado, como em casos de Pandemia, como o caso de Pandemia Covid -19. Em 2020 o mundo iniciou uma guerra contra um inimigo invisível e perigoso, um vírus até então desconhecido se espalhará pelo mundo causando mortes e medo. Surgi o desafio ao enfrentamento do COVID-19. Os pequenos municípios viram a demanda de seus recursos aumentarem e tornasse ainda mais escassos e dependentes dos recursos advindos do Governo Federal, surgindo dessa forma diversas demandas para poderem atender as necessidades da sua população.

Diante deste breve contexto, há um aumento na demanda por recursos para atender a situação emergencial, que requer controle pela gestão pública, de modo a ser direcionada de forma eficaz e eficiente em atendimento a situação de pandemia. No município de São Vicente do Seridó- PB necessitou-se de mais recursos neste período para que pudesse realizar as transferências de pacientes em casos graves para hospitais com maiores recursos de tratamentos. Neste sentido, a questão norteadora dessa pesquisa é analisar os aumentos dos investimentos realizados durante a pandemia no município de São Vicente do Seridó- PB.

O objetivo desta pesquisa é analisar os aumentos dos investimentos realizados no município de São Vicente do Seridó- PB, durante a pandemia da Covid- 19. Visto que a

decorrência de um aumento na demanda dos serviços públicos acarreta investimentos e torna-se necessário a intervenção do Estado.

Desta forma esse trabalho visa contribuir com os estudos sobre os gastos do Estado que são tão necessários diante do aumento da demanda da população em estados de calamidades públicas, como foram à pandemia do covid-19 entre os períodos de 2020 e 2021.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GASTOS NA SAÚDE

Ao Governo Federal cabe o suprimento da maior parte das despesas com saúde pública. Ficando menores fatias aos Estados e Municípios. Andrett et al (2018) aponta que políticas públicas em saúde devem ser feitas de forma contínua em busca de melhores eficiências no setor. Desta forma, Saldivas e Veras (2018) enfatizam que o Brasil necessita melhorar na solução para o adequado funcionamento do sistema de saúde, onde dois fatores se destacam: financiamento suficiente e gestão adequada dos recursos obtidos.

É importante destaca-se a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que proporciona ao cidadão o acompanhamento dos gastos públicos, gerando mais transparência e controle nos investimentos dos recursos aplicados. A transparência das contas públicas e a eficiência dos gastos públicos estão totalmente ligadas com a boa utilização dos recursos (ANDRETT et al, 2018).

Desta forma a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) veio trazer mais transparência aos processos de utilização dos recursos advindos para saúde pública. O art. 32, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), reflete o entendimento de que o governo só pode emitir dívida para financiar investimentos ou rolar o pagamento de amortização de dívidas passadas (Salvador, 2020). Embora exista um controle para os gastos públicos com saúde, com o advento da pandemia, foi instituída a Emenda Constitucional (EC) 106 que estabelece Regime Extraordinário Fiscal, Financeiro e de Contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente da Pandemia do COVID-19.

Segundo Salvador (2020), a EC 106 conhecida como “orçamento de guerra” e permite a separação do orçamento e dos gastos realizados para o combate à pandemia de coronavírus (COVID-19) do orçamento geral da União (Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos). O que desentrouva os investimentos para financiamento das demandas relativas à Pandemia. Contudo, para Andrett et al (2018) apenas o aumento dos recursos não é suficiente para atender a população, tornasse necessário garantir a eficiência dos gastos públicos com saúde.

Em 2020 com o advento da Pandemia os investimentos na ação social e em atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade foram de 102,49 bilhões de reais, que representou 75% de todos os investimentos feitos pelo governo em 2021 (Portal da transparência, 2021). Embora se observe os investimentos realizados na saúde pública, fica claro que ainda se tem muito que se melhorar, podemos observar nas demandas das superlotações dos hospitais públicos, nas filas inalcançáveis para cirurgias eletivas, nas inúmeras reclamações dos usuários dos serviços públicos.

As demandas são inúmeras e escassas para uma população enorme e diversa como a do Brasil. A pandemia fez emergir a necessidade do distanciamento social, uso de máscaras e mudanças na rotina de toda população mundial. Dado ao agravo a saúde, aumenta-se o número de internações nos hospitais e a demanda dos recursos do SUS. Dessa forma se fez necessário o aumento nos investimentos na saúde, seja na contratação de profissionais, compra de insumos e etc.

2.2 SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

A saúde se constitui como um direito fundamental, abordado no artigo sexto e parágrafo primeiro do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que retrata a obrigação do Estado em garantir sua imediata prestação, através de políticas sociais e econômicas. Dessa forma o artigo 18 da Constituição Federal vem tratar sobre a organização político administrativa da República Federativa do Brasil que compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sendo todos autônomos nos termos da Constituição (BRASIL, 1988). Desta forma cada ente federado possui distintas atribuições, gerando assim uma convivência harmoniosa e uma efetiva descentralização de poder e alocação de renda (PACHECO et al. 2020).

O Sistema Único de Saúde (SUS) surgiu com o objetivo de assistir à população mais carente, no que se refere ao atendimento da saúde, desenvolvendo oportunidade de prevenção e tratamento de doenças (SALDIVAS E VERAS, 2018) ao implementar diversos programas em saúde, a fim de suprir as necessidades da população.

Com o surgimento do SUS, a saúde pública brasileira se estruturou baseada no tripé da Descentralização, da Integralidade, da Assistência e da Participação da comunidade, oferecendo um serviço de qualidade para a população (NASCIMENTO E PACHECO, 2020).

Dentre os programas podemos destacar as Unidades Básica de Saúde (UBS); Unidade de Pronto Atendimento (UPAS); Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e etc. Flauzino e Angelini (2022) afirmam que não se pode negar as conquistas da Constituição de 1988 e o avanço que o SUS representa para a população brasileira.

Para Fernandes e Sousa (2020), o SUS é universal e está em processo de crescimento, com a garantia da assistência e tratamento para saúde individual e coletiva, abrangendo a baixa e alta complexidade, embora enfrente diversos desafios para sua manutenção. Entre esses desafios podemos destacar a precarização dos serviços da saúde, com longas filas de espera, falta de materiais, falta de profissionais.

Para Pessanha (2020) o setor privado encontra favorecimento diante da falta de capacidade do SUS de atender com qualidade a toda população. Os desafios enfrentados para o financiamento dos serviços prestados pelo SUS não é nenhuma novidade, mas foi no ano de 2020 com o surgimento da pandemia, causada por um vírus novo, que se necessitou de mais recursos (FERNANDES E PEREIRA, 2020). Em uma situação de calamidade pública, como a pandemia, a atenção deve se voltar ao financiamento de vigilância em saúde, emergência e cuidados críticos, essas últimas funções ligadas ao suporte à vida (SERVO et al. 2021).

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o aumento dos gastos públicos durante a pandemia do covid-19 no município de São Vicente do Seridó- PB. Assim, para o devido detalhamento de como o mesmo foi desenvolvido, a seguir será explicitados às características do tipo da pesquisa, a abordagem e os procedimentos utilizados.

De acordo com a finalidade do artigo, podemos afirmar que a pesquisa se caracteriza como descritiva, para Guimarães (2020) a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de determinada situação, por meio de abordagem qualitativa, do tipo análise de documentos. Realizada no período dos anos de 2020 e 2021, período que compreendeu a ocorrência da Pandemia de COVID-19 no município alvo da pesquisa.

O referido município está localizado na região do Seridó oriental Paraibano, com uma população estimada de 10.919 habitantes (IBGE- 2021), com área territorial de 264.675 km, o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) encontrava-se em 0,555 em 2010, o salário médio mensal eram de dois salários mínimos em 2020. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de apenas 4,2% (IBGE-2021).

Os dados expostos acima são relevantes para que possamos compreender a estrutura geográfica, econômica e social em que o município pesquisado está inserido, visto que a partir desses dados podemos entender que pelo número populacional e poder aquisitivo da população a rede privada é quase inoperante no município, aumentando assim e justificando o valor dos serviços públicos para a população local do município citado.

Para a realização da referida pesquisa proposta neste artigo, foi selecionado a área de saúde do município de São Vicente do Seridó, visando analisar os dados sobre a receita municipal e os números dos gastos realizados pela área de saúde no período da pandemia da covid-19, mais especificamente os anos de 2019 à 2021. A fim de assegurar a veracidade dos dados coletados e analisados, foram realizadas pesquisas em documentos online, disponíveis em conceituados sites que tratassem sobre o tema, através dos números detalhados em quadros, foi possível fazer uma melhor análise e explicar resultados mais confiáveis sobre o objetivo proposto na referida pesquisa.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de Dados se deu pela análise dos dados informados através de sites oficiais do governo, o portal do Tribunal de Contas da Paraíba, o site do ministério da Saúde e o site da Secretária de Saúde do Estado da Paraíba. A coleta de dados ocorreu no período de 10 de Julho de 2022 á 10 de Novembro de 2022.

Em Março de 2020 a Paraíba registrava o primeiro caso de COVID-19 (MINISTÉRIO DA SAÚDE-2020), diante desse cenário começou a implantação de meios para combater o avanço da Pandemia no Estado. Embora tenham sido tomadas todas as medidas para diminuir o avanço do vírus da covid-19, os dados constataram o avanço da doença no Estado. No dia 16 de Maio de 2020 se confirmou o primeiro caso de Covid-19 na cidade de São Vicente do Seridó- PB (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES-PB)-2020), logo após essa confirmação, se tornou necessário um dispêndio maior com a saúde, conforme podemos observar na tabela a seguir:

DESPESA ORÇAMENTÁRIA COM A SAÚDE EM SÃO VICENTE DO SERIDÓ-2019 e 2020				
	EMPENHO 2019	PAGAMENTO 2019	EMPENHO 2020	PAGAMENTO 2020
MAIO	706.208,80	686.664,64	804.605,94	828.105,57
JUNHO	690.808,68	699.314,93	545.574,43	480.587,64
JULHO	708.362,69	823.504,65	1.171.318,09	1.075.980,33
AGOSTO	704.919,34	588.099,25	941.182,48	1.018.408,02
SETEMBRO	805.491,22	908.220,84	797.779,82	859.080,64
OUTUBRO	809.310,68	1.007.853,77	1.094.556,17	1.097.138,89
NOVEMBRO	882.520,90	750.591,86	544.249,70	653.876,71
DEZEMBRO	1.009.005,63	978.615,14	970.890,09	1.008.927,23

Fonte: Tribunal de contas da Paraíba

Ao analisar a referida tabela acima, percebe-se que já no mês de maio 2020 (quando foi confirmado o primeiro caso de covid em São Vicente do Seridó-PB) houve um significativo aumento dos gastos públicos com saúde, se comparados ao mesmo período do ano anterior, foram mais de 100 mil reais de diferença realizados para empenho no setor de saúde do referido município, o que equivale a um aumento de mais de 14% na folha de pagamento.

Apartir do mês de Julho de 2020 observa-se um déficit orçamentário, visto que as receitas que adentravam no município eram inferiores aos gastos com pagamentos da saúde, nestes meses, em 2020, houve um aumento da receita, porém observa-se que os gastos ultrapassaram os investimentos realizados.

No período em que a COVID-19 ganhava uma proporção maior tanto nacional, como no referido município pesquisado, vários fatores colaboraram para tal aumento dos gastos orçamentários, entre eles a alta demanda de atendimento hospitalar dentro da rede municipal de saúde, bem como transferências de pacientes realizadas do município para outras unidades hospitalares situadas em outras cidades que possuem uma rede hospitalar mais completa.

Além disso, o uso de medicamentos e EPIS aumentaram significativamente neste período, levando em consideração as quantidades utilizadas diariamente nas unidades de saúde, bem como os valores dos mesmos que aumentaram no mercado, contribuindo para os elevados gastos em 2020. Outro fator determinante para o aumento dos gastos refere-se à contratação temporária de funcionários da área de saúde (como enfermeiros, técnicos em enfermagem, condutores de ambulância, faxineiros entre outros) para atender tanto a alta demanda nas unidades hospitalares, como também para suprir as lacunas deixadas por funcionários que precisavam ser afastados, dentre eles: gestantes, idosos, funcionários com comodidades, entre outros.

5. CONCLUSÃO

O Presente trabalho analisou os aumentos dos investimentos realizados na saúde no município de São Vicente do Seridó-PB, durante a pandemia da Covid-19. Para realização da pesquisa utilizou-se dados coletados em sites que fornecem os gastos da gestão pública, analisamos alguns relatórios do Tribunal de Contas do Estado, dessa forma podemos assegurar o aumento considerável nos investimentos na saúde do município analisado.

Os gastos públicos com saúde durante a pandemia foram mais onerosos se comparados aos anos anteriores. Os resultados demonstraram as disparidades frente aos custos e investimentos diante do aumento das demandas de matérias, profissionais e transferências. Ficou evidenciada a dependência dos municípios menores, que necessitam de ajuda do governo Federal para se manterem e conseguirem suprir as necessidades da população diante de calamidades públicas como foi o surgimento da pandemia do covid-19.

O que mostra a importância do SUS para a população, principalmente a maior parte da população que não conta com planos de saúde e recorre ao atendimento público da saúde no Brasil. Desta forma, podemos deixar claro a importância de investimentos maiores na saúde, para que as necessidades sejam supridas, garantindo equidade e eficiência no atendimento.

Atraso no envio dos dados, por parte da gestão municipal, ao SAGRES/TCE-PB, site importante para análise dos dados dos gastos analisados, para o combate à pandemia, dificultaram a pesquisa realizada. Dessa forma se torna necessário a busca por outros indicadores, fontes de financiamento da saúde a fim de realizar novos estudos sobre o tema abordado.

Espera-se que o presente artigo corrobore com a literatura existente e sirva como base para futuros trabalhos sobre Gastos Públicos durante a pandemia.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela oportunidade de concluir mais uma etapa da vida acadêmica, porque dele, por ele, e para ele são todas as coisas. A minha família pelo apoio nos momentos de desmotivação. Em especial a minha filha Hadassa, e minha irmã Hildenia, que foram essenciais para que eu conseguisse concluir. A minha orientadora pela paciência, ajuda e companheirismo nessa fase da minha vida.

REFERÊNCIAS

Andrett, M. C. S., Lunkes, R. J., Rosa, F. S., & Brizolla, M. M. B. (2018). Eficiência dos gastos públicos em saúde no Brasil: estudo sobre o desempenho de estados brasileiros. *Revista de Gestão em Sistemas de Saúde*, 7(2), 114-128. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/revistargss/article/view/12799>. Acesso em: 07 de Junho de 2022.

BATISTA, N. R. et al. Os impactos da pandemia de covid-19 nos serviços de atendimento pré-hospitalar no estado de Santa Catarina. 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/gilgi/Documents/Especializa%C3%A7%C3%A3o%20artigo/TCC%20Enfermagem%20-%20Nicholas.pdf>. Acesso em 09 de Junho de 2022.

Boletim Epidemiológico 03. COE/SVS/Ministério da Saúde. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/arquivos/NotaInformativa03COEEstadual.pdf>. Acesso em: 10 de Setembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM Nº 1.600, de 7 de julho de 2011. Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1600_07_07_2011.html. Acesso em: 1 de Setembro de 2022.

CARQUEIJA, J. C; SOUZA, G. J. de; SILVA, Maria Valesca Damásio de Carvalho; COSTA, Inês Teresa Lyra Gaspar da; SILVA, Franklin Carlos Cruz. **Principais impactos dos gastos públicos com o enfrentamento à pandemia: uma análise prévia dos aspectos contábeis e do cenário econômico do Brasil**. *Revista Horizontes Interdisciplinares da Gestão* v. 5, n.1, Belo Horizonte, jun. 2021. Disponível em: <http://old.unihorizontes.br/fnh/hig/index.php/Hig/article/view/105>. Acesso em: 07 de Junho de 2022.

FERNANDES, G. A. de A. L; PEREIRA, B. L. S. Os desafios do financiamento do enfrentamento à COVID-19 no SUS dentro do pacto federativo. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 595-613, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/zNs77xnNYT3xxtTvhTpyVt/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 21 de Outubro de 2022.

FERNANDES, V. C.; SOUSA, C. L. de. Aspectos históricos da saúde pública no Brasil: revisão integrativa da literatura. **ManagPrim Health Care**, v. 12, p. 1-17, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/gilgi/Downloads/andrea_hespanha,+2179-6750-jmphc-12-e1.pdf. Acesso em: 06 de Outubro de 2022.

FLAUZINO, J. G. P.; ANGELINI, C. F. R. O direito à saúde e a legislação brasileira: uma análise a partir da Constituição Federal de 1988 e lei orgânica do Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 3, p. e9957-e9957, 2022. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/9957/5934>. Acesso em: 21 de Outubro de 2022.

GOMES, R. S. Os desafios na implementação de políticas públicas no campo da saúde: o SAMU 192. 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3532/1/Renato%20da%20Silva%20Gomes.pdf>. Acesso em: 13 de Junho de 2022.

GUIMARÃES, P. R. B. Estatística e pesquisa de opinião. **Departamento de Estatística- Universidade Federal do Paraná, UFPR**, 2020. Disponível em: https://docs.ufpr.br/~prbg/public_html/ce081/ESTAT%C3%8DSTICA%20E%20PEQUISA%20DE%20OPINI%C3%83O%201a%20parte.pdf. Acesso em: 09 de Setembro de 2022.

Lima, A. V. de & Freitas, Elísio de Azevedo. (2020). A Pandemia e os impactos na economia brasileira. **Boletim Economia Empírica**. Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), 1(4), 1724. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/bee/article/view/4773/1873>. Acesso em 07 de Junho de 2022.

NASCIMENTO, F. L.; PACHECO, A. E. S. D. Sistema de saúde público no Brasil e a pandemia do novo coronavírus. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 5, p. 63-72, 2020. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/131/128>. Acesso em: 24 de Outubro de 2022.

PACHECO, K. L. S; DA CRUZ, R. R. M. A tutela do direito social à saúde durante a pandemia de COVID-19. 2020. Disponível em: <https://esa.oabgo.org.br/esa/arquivos/downloads/a-tutela-do-direito-social-a-saude-durante-a-pandemia-de-covid-19-910191216.pdf>. Acesso em: 24 de Outubro de 2022.

Portal da Transparência. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/coronavirus>. Acesso em 08 de Junho de 2022.

SALDIVA, P. H. N; VERAS, M. Gastos públicos com saúde: breve histórico, situação atual e perspectivas futuras. Estudos Avançados, São Paulo, v. 32, n. 92, jan./abr. 2018.

SALVADOR, E. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 1-15, jul.-dez. 2020, p. 1-15.

Secretaria de Estado da Saúde (SES-PB). Boletim Epidemiológico-2020. Disponível em: https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/arquivos/boletim-epidemiologico_14_covid_19_ses_pb_.pdf. Acesso em: 10 de Setembro de 2022.

SERVO, L. M. S. et al. Financiamento do SUS e Covid-19: histórico, participações federativas e respostas à pandemia. Saúde em Debate, v. 44, p. 114-129, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2020.v44nspe4/114-129/>. Acesso em: 21 de Outubro de 2022.

SOUZA, B. V. N. et al. Perfil, dificuldades e particularidades no trabalho de profissionais dos serviços de atendimento pré-hospitalar móvel: revisão integrativa. REVENF, v. 38, p. 1 – 16, Bahia, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.sa.cr/pdf/enfermeria/n38/1409-4568-enfermeria-38-245.pdf>>. Acesso em 01 de Setembro de 2022.

SOUZA, M. S. et al. Potencial de risco no trabalho cotidiano de equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência-SAMU. 2021.

DA SILVA PESSANHA, C. J. O contexto da saúde brasileira e o enfrentamento ao avanço do diabetes mellitus no Brasil: A implantação do plano de reorganização da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes mellitus (PRAHADM). **Mundo livre: Revista multidisciplinar**, v. 6, n. 2, p. 283-305, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/mundolivres/article/view/46490/27410>. Acesso em: 12 de Outubro de 2022.

TELES, I. R. Segurança dos profissionais de saúde no atendimento pré-hospitalar frente a pandemia da covid-19. 2021. Disponível em: [https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3082/1/SEGURAN%
c3%87A%20DOS%20PROFISSIONAIS%20DE%20SA%c3%9aDE%20NO%20ATENDI
MENTO%20PR%c3%89-
HOSPITALAR%20FRENTE%20A%20PANDEMIA%20DA%20COVID-19.pdf](https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3082/1/SEGURAN%c3%87A%20DOS%20PROFISSIONAIS%20DE%20SA%c3%9aDE%20NO%20ATENDIMENTO%20PR%c3%89-HOSPITALAR%20FRENTE%20A%20PANDEMIA%20DA%20COVID-19.pdf).

Acesso em: 01 de Setembro de 2022.